

## COOPERCICLA – UM EMPREENDIMENTO DE SOLIDARIEDADE

CESAR RIBEIRO DE CASTRO (UEM)<sup>1</sup>  
EDMUNDO INÁCIO JÚNIOR (UEM)<sup>2</sup>  
NEWTON HIRATA (USP)<sup>3</sup>

### Resumo:

O presente trabalho tem como tema central a experiência de uma Organização Não-Governamental, constituída a partir da iniciativa de um grupo de pessoas ligadas ao trabalho voluntário na cidade de Maringá, no Paraná. Os integrantes buscavam uma forma de ajudar famílias carentes. Para tanto, foi constituída uma cooperativa para coletar, separar e comercializar devidamente o material reciclável. O projeto teve grande repercussão e conseguiu mobilizar inúmeras pessoas e instituições que estão contribuindo de várias formas para o sucesso da iniciativa. A Universidade Estadual de Maringá (UEM), através de determinados centros e departamentos, empresas privadas, o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá (CODEM), algumas comunidades ligadas à Igreja Católica e também a Prefeitura Municipal são os principais atores ligados ao projeto. Certamente a sociedade como um todo tem cooperado na medida em que ratifica a importância da coleta seletiva de lixo e do resgate da dignidade de inúmeras famílias. Como pano de fundo para o caso, são apresentadas algumas considerações acerca da rubrica sob a qual são estudados tais fenômenos, que é o Terceiro Setor e as Organizações Não-Governamentais (ONGs). Trata-se de uma experiência de empreendedorismo, onde foi possível reunir várias entidades da cidade de Maringá, em que os envolvidos no empreendimento não buscavam lucro para si próprios, mas para aqueles aos quais o empreendimento foi criado, que compõe uma parcela marginalizada da sociedade.

### Considerações Iniciais

Um olhar mais atento em direção às experiências do Terceiro Setor, representado pelas já popularizadas Organizações Não-Governamentais (ONGs), irá mostrar que é crescente a participação da sociedade civil na busca de soluções para problemas comuns. Em geral, são organizações preocupadas com a preservação do meio ambiente de forma ampla, geral e irrestrita, defesa de minorias e, principalmente, melhoria da qualidade de vida de comunidades carentes, com especial atenção à saúde, educação, alimentação e lazer das crianças.

Foi a Organização das Nações Unidas (ONU) que cunhou na década de 40 a expressão ONG. Inicialmente, eram entidades não oficiais que recebiam ajuda financeira para executar

---

<sup>1</sup> Mestrando em Administração (aluno não-regular) pela Universidade Estadual de Maringá.

<sup>2</sup> Mestrando em Administração, pela Universidade Estadual de Maringá.

<sup>3</sup> Mestrando em Ciência Política – USP.

projetos de interesse de grupos ou comunidades. Atualmente, este grupo de organizações tem ocupado espaços cada vez maiores nas mais diferentes áreas. Neste rol incluem-se instituições como a Associação Internacional de Uniões de Consumidores (Iocu), a Anistia Internacional ou a Amigos da Terra, uma das maiores organizações ecológicas do mundo, com filiais em 47 países; além de milhares outras ONGs espalhadas pelo globo (Bernardes e Kane, 1994 p.75).

Literalmente, uma organização não governamental poderia ter como exemplo a *Nike* ou a *General Motors*, já que não pertencem a nenhum governo. Entretanto, as ONGs tratam-se de organizações sem fins lucrativos, o que imediatamente exclui estas citadas acima. Além destas que visam lucro, entidades trabalhistas como Central Única dos Trabalhadores, corporativas, como a Ordem dos Advogados do Brasil, ou religiosas, como a Igreja Católica, também não estão no grupo das ONGs. Além destas, os partidos políticos também estão fora, visto que, por princípio, as ONGs não existem para lutar pelo poder (Bernardes e Kane, 1994 p.75).

Uma das principais causas do surgimento e proliferação das ONGs está relacionada à incapacidade do Estado de estar presente em todos os lugares e resolvendo todos os problemas da sociedade ao mesmo tempo. Muitas vezes o Estado é, de fato, mal gerenciado e não raros são os casos de corrupção e má utilização do dinheiro público; em outros casos, por mais bem equipado e preparado que esteja o aparelho estatal, ele não consegue atuar de forma eficiente e eficaz se não contar com a colaboração da sociedade civil. Por outro lado, esta lacuna não preenchida pelo Estado ainda não faz parte, de forma significativa, da agenda política, social e estratégica das empresas privadas. Assim, as ONGs parecem surgir como uma terceira parte deste tripé responsável por solucionar problemas que afetam a todos, direta ou indiretamente. E como destaca Kanitz,

*Com a falência do Estado, surgiu recentemente o Terceiro Setor, que, com muito menos dinheiro, fruto de doações e trabalho voluntário do setor privado (o segundo setor), está resolvendo os problemas com muito mais eficiência do que o governo (o primeiro setor). Mas ainda representa menos de 1% do PIB. (Kanitz, Veja p.17).*

Neste momento há um amplo debate sobre a preocupação com o meio ambiente e também sobre os efeitos nocivos do capitalismo e da chamada globalização, sobretudo no terceiro mundo e nas economias emergentes. Ao mesmo tempo, o mundo é testemunha do insucesso do Estado enquanto único responsável pelo desenvolvimento e por gerenciar a economia de um país. É nesta discussão que entra o Terceiro Setor, mas, certamente, ele não é uma panacéia, muito pelo contrário, está longe de conseguir solucionar os graves desequilíbrios políticos econômicos e sociais dos países. Entretanto, ele não pode ser simplesmente descartado, pois sua contribuição pode, paulatinamente, gerar uma dinâmica de sensibilização, envolvimento e conscientização das pessoas na busca por mudanças significativas. Portanto, entender e analisar as experiências do Terceiro Setor é uma tarefa importante porque pode desencadear respostas positivas aos problemas da sociedade.

Embora as atividades do Terceiro Setor venham aumentando significativamente, seu estudo acadêmico ainda é bastante restrito. Ainda existe um vasto campo de pesquisas e análises a ser explorado e consolidado. Entretanto, como destaca Fischer (1999 p.20), (...) *há que se ressaltar que embora o termo Terceiro Setor seja novo na literatura acadêmica, as organizações componentes deste espaço absolutamente não o são.* Isto significa que iniciativas da sociedade civil partem não para fortalecer o Terceiro Setor, mas para “simplesmente” lutar por uma causa que declaram justa e importante de ser defendida.

Dentro das limitações de um quadro referencial teórico ainda não totalmente estruturado e do reduzido espaço para desenvolver o assunto de forma mais abrangente, pretende-se, no presente trabalho, destacar algumas análises relevantes na discussão do tema. Após breves considerações gerais acerca do Terceiro Setor e do papel da Igreja e do cooperativismo neste cenário, pretende-se apresentar a experiência de uma cooperativa de catadores de lixo. Ou mais precisamente, uma cooperativa de coletadores de material reciclável na cidade de Maringá, no Paraná.

A metodologia adotada para a elaboração do presente trabalho ficou restrita à pesquisa bibliográfica, principalmente em artigos e revistas, pelo fato de existirem poucas publicações na área do Terceiro Setor. A coleta de dados foi realizada no local de instalação da Cooperativa, com entrevistas e questionários aplicados aos cooperados e idealizadores do projeto. Para a grande maioria trata-se apenas de mais uma experiência de reciclagem de lixo que até o momento mostra-se bem sucedida. Já para os atores envolvidos neste projeto, esta iniciativa é seguramente uma grande conquista por envolver uma ampla rede de pessoas e instituições empenhadas e comprometidas com o sucesso desta empreitada. Os resultados positivos são indiscutíveis, as perspectivas são promissoras e as possibilidades deste empreendimento se tornar uma referência para as demais cidades da região também já são visíveis.

### **O Papel da Igreja e o modelo cooperativista no Terceiro Setor**

No Brasil, movimentos religiosos como um todo têm sido uma mistura de fanatismo irracional e pregadores profissionais altamente treinados, com ceticismo que une os mais incrédulos deste movimento de fé salvadora. Exageros e conquistas espirituais à parte, louváveis mesmo são as experiências práticas e objetivas cujos resultados são a diminuição dos indicativos de pobreza e o aumento da qualidade de vida das pessoas. A despeito de toda e qualquer crítica que possa existir sobre a Igreja Católica, em especial e sua conduta com relação a princípios éticos e morais verdadeiramente cristãos, deve-se reconhecer a sua efetiva contribuição para a comunidade na qual ela está inserida.

Segundo Salamon (1998 p.7), *Na América Latina, em particular, a Igreja Católica tem exercido papel significativo. A partir dos anos 50, várias dioceses criaram movimentos e entidades voltados a auxiliar as populações pobres em áreas rurais e urbanas.* Nesta mesma direção, Fischer (1999) declara que o trabalho voluntário tem sido um dos instrumentos utilizados por um grande número, não só de igrejas mas de também de seitas religiosas, para a manutenção de programas de assistência social. Em tais programas, são comuns as experiências com organizações educacionais e de saúde, além do trabalho filantrópico das associações comunitárias de bairros. Estas estão em contato muito maior com um universo mais restrito e delimitado, podendo avaliar mais clara e precisamente as reais necessidades daquela determinada comunidade.

Uma explicação mais ampla para entender melhor esta atuação da igreja em prol da população mais necessitada é dada por Falconer (1998 p.95). Segundo ele,

*Embora normalmente imaginada como uma entidade monolítica e fortemente hierárquica, a Igreja Católica é formada por um mosaico de organizações que se consolidaram como entidades semi-autônomas, atendendo a diferentes necessidades materiais e da fé.*

Falconer destaca a existência de uma estrutura que vai além das paróquias, dioceses e arquidioceses. Tal estrutura é composta pela Conferência dos Bispos, por ordens religiosas, entidades de caridade, hospitais, universidades, pastorais e milhares de comunidades eclesiais e organizações de base. Cada organismo da Igreja, além de responder a toda uma estrutura hierárquica, tem responsabilidades sociais junto à comunidade local que sempre se dá pelo trabalho voluntário.

Estas responsabilidades que obviamente não cabem somente à Igreja e muito menos somente à Igreja Católica, devem, ou pelo menos deveriam ser uma preocupação constante de todos, governo, empresas e a sociedade civil como um todo. Definindo melhor o que seja responsabilidade social, trata-se de questões que dizem respeito a projetos filantrópicos e educacionais, proteção ambiental, planejamento da comunidade, equidade nas oportunidades de emprego, serviços sociais em geral, sempre buscando o interesse público, ainda que este não seja fácil de se definir claramente (Donaire, 1995 p.20). O mais importante é que cada um dê a sua contribuição a partir do reconhecimento que, se não todos, pelos menos uma parcela muito grande da sociedade tem a ganhar com iniciativas sérias, bem planejadas e desenvolvidas.

Uma das formas de se buscar o consenso é reunir pessoas que tenham as mesmas preocupações e os mesmos interesses. E uma alternativa conhecida e praticada há muito tempo é o cooperativismo. Como outras experiências do Terceiro Setor, trata-se de uma entidade sem fins lucrativos cujos membros têm afinidades profissionais e ideológicas. Este movimento nasceu em 1844 na cidade de Rochdale, Inglaterra. No Brasil, ganhou força o modelo de cooperativismo agropecuário, que atualmente encontra-se um tanto quanto desgastado, fundamentalmente em função de crises econômicas e também, e em alguns casos, por ingerência administrativa. Todavia, têm sido cada vez mais frequentes os casos de cooperativas de trabalho onde as pessoas se unem para buscar a sinergia do trabalho em conjunto.

Segundo Rios (1997), os princípios-chave da cooperativa como empresa moderna e afinada com os novos tempos são:

- Ênfase na autogestão das pessoas, independentemente do segmento de atuação;
- Busca do bem comum das pessoas que integram a entidade, propiciando uma justa distribuição de renda auferida pela legitimidade de um trabalho digno;
- Estímulo ao espírito de solidariedade e eliminação da exploração do homem pelo homem, gerando, assim, uma sociedade mais justa e com benefícios oriundos dessa nova ordem;
- Absorção dos desempregados, reunindo-os numa cooperativa de trabalho legalmente estabelecida, gerando, assim, mão-de-obra de boa qualidade para um mercado que se terceiriza cada vez mais.

O sistema cooperativista proporciona a seus associados uma maior unidade e uma possibilidade de auxílio mútuo, propiciando condições onde estes tenham mais força, no âmbito das relações comerciais ou no simples apoio entre si. O cooperativismo, na sua modalidade de cooperativas de trabalho, vem se consolidando como alternativa para diversos ramos de atividade, possibilitando que seus associados rompam o paradigma das relações empregatícias, passando a gerir o empreendimento como sócio. Mais do que uma declaração de independência para a autonomia profissional, trata-se de um mecanismo importante para que indivíduos consigam se fortalecer enquanto instituição na defesa de interesses comuns.

## Histórico do Projeto

A lacuna deixada pelo poder público e pela própria sociedade como um todo no que tange à geração de emprego e renda para famílias carentes, aliada ao trabalho voluntário de uma comunidade preocupada com a questão, originou a experiência que começa a ser contada a partir de agora. O que era um projeto, hoje tornou-se realidade, o que um grupo de voluntários das mais diversas profissões sonhou há mais de dois anos está se concretizando. O objetivo destes voluntários era estabelecer uma sistemática que permitisse um gesto concreto, saindo do campo dos projetos e realmente contribuir de forma significativa em favor das famílias mais carentes, rotuladas como excluídas do contexto social. Um dos meios foi criar uma forma alternativa de geração de renda, para que as famílias pudessem se auto-sustentar após a consolidação do projeto.

Nos primeiros meses do ano de 1998, por iniciativa de duas Comunidades Paroquiais (Igreja Católica), na cidade de Maringá, no Norte do Estado do Paraná, começou a germinar uma iniciativa de fazer algo para gerar renda para famílias carentes que residiam na região daquelas comunidades. Várias reuniões foram necessárias para que o grupo de voluntários escolhesse um projeto que fosse viável economicamente para sua implantação e de resultado rápido, tendo em vista a situação de total exclusão na qual viviam algumas famílias, sobrevivendo graças à solidariedade e ao assistencialismo.

Esta proposta de geração de renda para famílias excluídas do contexto social devido ao desemprego veio em resposta ao questionamento que a Campanha da Fraternidade levaria a Igreja Católica do Brasil a refletir no decorrer do ano de 1999, cujo tema era: “A fraternidade e os desempregados – Sem trabalho ... Por quê?”. Buscando respostas a este questionamento, os voluntários reuniam-se acreditando ser possível criar alternativas de renda, sem o envolvimento direto do poder público. Eles acreditavam que prover a população menos favorecida com oportunidades de ganhos financeiros, ou estabelecer o assistencialismo, não era função única e exclusiva do Estado.

A este grupo foram se juntando mais entidades e a iniciativa deixou de ser da Igreja Católica, simplesmente. Foram somados os esforços, pois o problema da falta de empregos e a impossibilidade de proporcionar um rendimento de subsistência a estas famílias diziam respeito a todos, porém seria mais cômodo acreditar que a resolução destes problemas fosse tarefa do “Governo”. Diante disso, juntaram-se ao grupo inicial uma associação de bairro, a Universidade Estadual de Maringá, através de seu Departamento de Engenharia Química (DEQ) e Departamento de Administração (DAD), a Prefeitura Municipal de Maringá e o SESC. Através de alguns representantes, cada entidade ajudou e continua ajudando a somar os esforços para o projeto que está sendo implementado.

A proposta consolidou-se e a equipe de voluntários estabeleceu como projeto implantar um mecanismo de coleta seletiva de lixo, onde a população da região estivesse envolvida e fosse sensibilizada para o problema. Foi criado, assim, o *Projeto Comunitário Piloto de Coleta Seletiva de Lixo e de Formação de Cooperativa de Trabalho e Produção de Bens*. Optando-se pela organização no sistema cooperativista, para obter um maior envolvimento e comprometimento dos futuros cooperados, que seriam “donos” da sua atividade, deixando de lado a relação empregatícia, tentando proporcionar um salto de qualidade nesta relação.

O objetivo principal do Projeto era criar uma alternativa de renda para pessoas economicamente carentes, caracterizadas pela falta de qualificação profissional e em paralelo visava a melhoria do meio ambiente, através da coleta seletiva do lixo urbano e sua comercialização, através de uma cooperativa de trabalho. Tendo consciência das dificuldades que seriam encontradas pela frente, optou-se por implantar o Projeto de forma Piloto, em uma determinada região da cidade de Maringá. Era claro para todos os envolvidos que, em um primeiro momento, o Projeto não deveria ter a pretensão de resolver o problema do emprego da cidade de Maringá, pois somente algumas famílias seriam atendidas no Projeto Piloto. Também não havia pretensão de resolver o problema do lixo urbano, já que a quantidade de lixo coletada seria muito pequena em relação ao total do volume de lixo produzido pela população urbana.

### **Os atores envolvidos e seus respectivos papéis**

O grupo tinha a idéia, os parceiros foram se somando. Era necessário começar a implementar o Projeto Piloto. Em um primeiro momento, o Departamento de Engenharia Química, através de seus professores, estabeleceu um cronograma a ser seguido pela Equipe do Projeto. Mais do que um cronograma era fundamental obter as instruções técnicas para estruturar o fluxograma de atividades a serem desempenhadas. Estabeleceram-se metas e prazos para uma melhor organização. Assim o grupo foi dividido em 5 comissões:

- Comissão Técnica – composta especificamente pelos professores do Departamento de Engenharia Química da Universidade Estadual de Maringá, com a função de proporcionar todo o suporte técnico para a implementação do Projeto.
- Comissão das Escolas - composta por professores das escolas da região escolhida para implantação da cooperativa de coleta seletiva de lixo urbano. Tinha como objetivo estabelecer uma forma de envolver as escolas e, por sua vez, as crianças, e estas sensibilizarem os pais para a importância do Projeto. Para tanto, já no final do ano de 1998, foi promovido um concurso com o tema Coleta Seletiva de Lixo, envolvendo alunos do primeiro grau de cinco escolas da região. Os trabalhos foram divididos em três categorias, frase (que seria usada como *slogan* do Projeto), desenho (para uma provável logomarca) e trabalho de pesquisa. A resposta das crianças foi surpreendente, demonstrando um alto grau de conscientização e preocupação em relação ao assunto proposto no concurso.
- Comissão de Formação de Cooperativa - composta por voluntários da região do Projeto e professores do Departamento de Administração da Universidade Estadual de Maringá. Na fase inicial, recebeu a colaboração de profissionais da Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho (SERT) do Paraná. Tinha como objetivo estruturar a proposta de constituição da cooperativa e treinar os futuros cooperados sobre os conceitos do cooperativismo.
- Comissão de Coleta Seletiva / Divulgação – objetivava trabalhar junto à população para conscientização da importância tanto social quanto ambiental do Projeto.
- Comissão do Patrocínio – sendo a iniciativa do Projeto essencialmente voluntária, era preciso envolver o empresariado da região para participar do mesmo de forma direta ou indireta por meio de ajuda financeira ou de outras formas que pudessem contribuir.

Através do DEQ foi realizada uma avaliação da capacidade de produção de lixo da cidade de Maringá, baseada em levantamentos amostrais realizados no local onde a Prefeitura Municipal utiliza para depositar o lixo urbano coletado por caminhões da própria Prefeitura. Este trabalho de avaliação da capacidade de produção de lixo da cidade já estava sendo realizado por uma equipe do DEQ, que estava desenvolvendo pesquisas neste sentido. Da mesma forma realizou-se uma avaliação da capacidade de produção de lixo na região onde o Projeto está sendo instalado de forma Piloto.

A cidade de Maringá, segundo avaliação dos próprios professores do DEQ, possui um lixo urbano “muito rico”, com um volume da ordem de 270 mil quilos por dia, depositados na sua quase totalidade no aterro municipal, que se encontra a aproximadamente 15 km do centro da cidade, onde, apesar da grande extensão de terra reservada para este fim, já começa a apresentar problemas, devido ao excessivo volume ali depositado. Com iniciativa de estabelecer a coleta seletiva de lixo, com o passar do tempo, reduz-se a quantidade de material reciclável a ser enviada para o aterro, visto que praticamente 80% do lixo produzido pela população urbana é composto, atualmente, de materiais que podem ser reciclados.

O próximo passo foi a busca dos prováveis cooperados e fazer com que eles acreditassem no Projeto, como os idealizadores acreditavam, que seria possível estabelecer uma proposta de geração de renda para suas famílias. E melhor ainda, onde eles também seriam donos do empreendimento. Para isso, voltou-se para os precursores da idéia e através das duas comunidades paroquiais, conhecedoras das realidades de cada família “carente” da região, apresentou-se a proposta.

Foram necessários vários encontros, cursos, palestras, para que um grupo de futuros cooperados se consolidasse. Era necessário que estes acreditassem que a proposta que lhes estava sendo apresentada poderia dar certo caso eles acreditassem e confiassem naquele grupo de pessoas que voluntariamente se colocava a serviço. A resistência foi grande, devido à excessiva exploração que a maioria foi submetida no decorrer de suas vidas. Porém, um grupo de aproximadamente vinte pessoas acreditou e em 19 de junho de 1999 realizou-se a assembléia de constituição da **COOPERATIVA DE COLETA SELETIVA DE LIXO URBANO, AQUISIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE RECICLÁVEIS E PRODUÇÃO DE BENS RECICLADOS DE MARINGÁ – COOPERCICLA**, com sede na Av. Guaira, 184, em um barracão de aproximadamente 500 m<sup>2</sup> alugado pela Prefeitura Municipal de Maringá.

O Projeto começava a se consolidar. Havia os cooperados, o espaço físico, porém era necessário estabelecer uma forma barata de transporte, que envolvesse os coletores e fizesse com que o material reciclável disponível nas residências e estabelecimentos comerciais chegasse até o ponto de triagem, sendo nesta etapa necessário, de forma mais incisiva, sensibilizar a população da região, motivando-a para aderir à proposta de separar o material reciclável do lixo orgânico. Neste estágio as Comunidades Paroquiais e Associações tiveram uma participação importante, divulgando a iniciativa. Também a Universidade teve sua participação na divulgação. Além de promover a separação do lixo em todo o *campus*, o Centro Acadêmico de Engenharia Química promoveu um trote diferente, onde os calouros visitaram as casas da região distribuindo panfletos, apresentando a proposta da Coopercicla e apresentando os cooperados.

Optou-se por fazer a coleta com carrinhos manuais padronizados, pois seria o meio mais barato de iniciar a coleta. Neste momento o Departamento de Engenharia Química

assessorou a Coopericla avaliando as dimensões deste carrinho, para que fosse maximizado o volume de material reciclável transportado, sem, porém, tornar o carrinho excessivamente pesado. Buscou-se patrocínio para confecção dos carrinhos, e neste ponto o apoio do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá (CODEM)<sup>1</sup> foi muito importante. Ao acreditar no Projeto, auxiliou a equipe financeiramente para criação e confecção de material de divulgação, panfletos, uniformes para os cooperados e sacos plástico para serem distribuídos nas casas para a separação do material reciclável. Além do CODEM, o apoio do empresariado da cidade, através da Associação Comercial e Industrial de Maringá (ACIM), foi fundamental. A fim de baratear a construção dos carrinhos, a Universidade disponibilizou sua oficina de manutenção, onde foram montados trinta carrinhos para a coleta.

Era necessário, antes de iniciar as atividades, dimensionar o espaço físico disponível para o trabalho e, neste momento, o Departamento de Engenharia Química e o de Administração da Universidade prestaram grande apoio. Eles avaliaram o espaço para triagem e depósito, além de estabelecer um fluxo de produção. Também era preciso que a equipe e os cooperados conhecessem mais sobre o processo de separação e armazenagem do material reciclável. Para isso foram possibilitadas visitas a uma usina de separação de material reciclável mantida pela Prefeitura do Município de Maringá.

É importante ressaltar que a cidade de Maringá não dispõe de uma estrutura para realizar a coleta seletiva de lixo. Porém, a duas gestões anteriores à atual, a Prefeitura adquiriu uma Usina de separação e triagem do lixo urbano, que devido a fatores externos não está atualmente em efetivo funcionamento. No entanto, a estrutura não se encontra totalmente ociosa, pois há uma tímida iniciativa por parte da Prefeitura Municipal de estabelecer uma sistemática de coleta seletiva, com um ponto de coleta no parque central da cidade..

O material coletado é levado à Usina onde funcionários da PMM efetuam a triagem (separação) e compactação dos materiais, para posterior comercialização em lotes fechados com empresas do ramo. As visitas com observação do processo foram de grande importância para os idealizadores da Coopericla e cooperados. Aliados à assessoria fornecida pela Universidade, os cooperados estavam em condições de iniciar suas atividades.

## **Resultados obtidos**

No final do mês de novembro de 1999 foi inaugurada oficialmente a Coopericla, passando a realizar a coleta seletiva do lixo urbano em uma região que abrange aproximadamente 60 mil habitantes. Com o início das atividades os cooperados que trabalhavam internamente com a triagem e os que conduziam os carrinhos de coleta pelas ruas da cidade passaram a ficar o dia inteiro nas dependências da cooperativa. Era preciso encontrar uma forma de alimentá-los dignamente. Foi quando o *buffet* que atende a Cocamar se dispôs a doar marmitas para atender a mais esta necessidade.

Atualmente, existem trinta pessoas associadas trabalhando na cooperativa, que são aquelas famílias que eram o principal objetivo do trabalho. Acompanhando os trabalhos, existem os voluntários que ajudam no gerenciamento do empreendimento sob a forma de um Conselho de Curadores constituído para gestão dos dois primeiros semestres. Somados a estes estão os alunos dos cursos de Administração e Engenharia Química, que se utilizam da estrutura em implantação para desenvolverem trabalhos de cunho acadêmico e ao mesmo tempo prestar assessoria quanto à melhor forma de estruturar o Projeto.



Pode-se afirmar que parcialmente os objetivos almejados por um grupo de “sonhadores” há mais de dois anos esteja gradativamente se consolidando nas ruas da cidade de Maringá. A Coopercicla está viabilizando a entrada no mercado formal daqueles que quase sempre viveram na informalidade, pessoas de baixo nível escolar e sem qualificação profissional. Basta olhar ao redor para perceber que este universo de excluídos não é pequeno e perceber o significado desta iniciativa que se tornou realidade para estas trinta pessoas. Estas acreditaram junto com seus idealizadores que é possível através da união e solidariedade construir um mundo um pouco melhor.

A maioria das pessoas que compõem o grupo de trinta cooperados até então estava à margem da sociedade, mesmo que trabalhando como “catadores de papel”; eram explorados pelos atravessadores que compravam por preços irrisórios o resultado de um dia árduo de trabalho, submetendo-se a revolver *containers* e lixo em geral para encontrar algo que pudessem comercializar. Hoje, eles estão tendo a sua dignidade resgatada. Podem trabalhar e compartilhar de um negócio que, embora resulte do lixo, traz uma garantia de remuneração e inclusão social.

Hoje estes coletadores têm a garantia de receber pela sua produção. A Coopercicla paga o preço de mercado pelos materiais coletados e comercializa com os grandes compradores de material reciclável da região. São montados lotes por tipo de material, conseguindo um diferencial de preço, obtido entre o valor pago ao coletador e o valor comercializado. Desta diferença de valores, parte do montante é destinado à manutenção da cooperativa e o restante rateado entre os cooperados. Desta maneira, os associados que têm se dedicado mais conseguem um rendimento mensal médio de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais), além da participação dos rateios financeiro de “sobras” e das refeições que são oferecidas gratuitamente.

Além da coleta realizada pelos cooperados, a Coopercicla recebe na sua sede doações de material reciclável de muitas empresas e moradores da região. A empresa de fornecimento de energia elétrica do Paraná disponibilizou a construção de *containers* na sua sede e trabalhou na conscientização de seus funcionários e hoje os funcionários trazem o material reciclável das suas casas, deixando no pátio da empresa para depois ser transferido para a Cooperativa. Da mesma forma a Universidade Estadual de Maringá, a Cocamar, o SESC, escolas, entre outras instituições, estão somando seus esforços para estabelecer uma consciência da importância da Coopercicla, tanto do ponto de vista social quanto do ambiental.

O Projeto que se tornou realidade já está recebendo apoio para deixar de ser apenas Piloto. O Departamento de Engenharia Química está desenvolvendo um estudo de ampliação das instalações, mas mesmo com as prováveis ampliações a Coopercicla não ambiciona resolver o problema do lixo urbano de Maringá, o que seria muita pretensão, segundo seus coordenadores. O que se espera é que ao perceberem a viabilidade desta iniciativa, projetos semelhantes surjam pelos diversos bairros da cidade, aumentando o número de famílias atendidas e, conseqüentemente, reduzindo o volume de lixo depositado no aterro.

A Coopercicla já tem recebido visitas de comissões de outras regiões da cidade para conhecer de perto o trabalho realizado. Da mesma forma a notícia se espalha pelas cidades vizinhas de Maringá, e duas outras cidades já se interessaram em replicar a idéia. O conhecimento e a experiência são repassados abertamente pelos coordenadores da Cooperativa, colocando-se à disposição para instruir e treinar novas equipes de gestão.

A história contada pelos cooperados revela aquele Brasil que ninguém poderia encher-se de orgulho, mas que poucos se dispõem a modificar com ações. Famílias com dois, três, quatro filhos, pessoas humildes que raramente souberam da dignidade humana, além daquilo que ouviram em discursos políticos de duvidosa procedência. Hoje, se for perguntado para muitos dos cooperados que acreditaram no projeto o que de mais importante que aconteceu nas suas vidas depois que passaram a fazer juntos a Coopericla, a grande maioria não mencionará o almoço diário com alimentação balanceada, o rendimento monetário fruto do seu trabalho, mas a resposta será o fato de eles serem reconhecidos nas ruas, identificados pelos carrinhos padronizados e o uniforme. A população, que anteriormente passava por eles como se não fossem pessoas dignas, hoje os cumprimentam. Os moradores da região os conhecem pelo nome; eles têm a sua dignidade resgatada. Quando antes tinham que disputar os *containers*, revolviam lixo para encontrar algumas latas de alumínio, ou garrafas plásticas, hoje este material lhes é entregue em sacos plásticos em mãos, separado do lixo orgânico pela população que participa do programa.

### Considerações finais

Certamente, o Terceiro Setor ainda está longe de conseguir resolver todos os problemas ambientais, econômicos e sociais de um país. Mas, também, não é esse o propósito das ONGs que dele fazem parte. O objetivo, mesmo, é estar em dia com a responsabilidade social; é ter a consciência que pelo menos algo está sendo feito para que melhores níveis de desenvolvimento econômico e social sejam atingidos. Nesta discussão, estão presentes empreendedores de inúmeras áreas que ajudam a consolidar o movimento, pois cada segmento da sociedade pode dar a sua parcela de contribuição.

Para o campo da administração, o estudo do Terceiro Setor é relevante, principalmente considerando que este modelo de organização tende a crescer cada vez mais. Dentre as muitas questões colocadas a um administrador face às iniciativas do Terceiro Setor, pode-se destacar: qual a melhor forma de gerenciar as organizações não governamentais; como uma empresa com fins lucrativos vai se relacionar com uma ONG; quais os reais efeitos da participação e não participação de empresas em iniciativas do Terceiro Setor; e qual é a posição do Estado em relação a essas experiências? O administrador é um dos profissionais mais diretamente envolvidos com as conseqüências da consolidação deste novo arranjo institucional. Pode ser considerado um maestro que vai articular essa densa rede de atores envolvidos no processo. Nesta discussão permeiam temas como estratégia, marketing, logística, relações com o mercado, produção, finanças e recursos humanos, entre tantos outros.

No caso da Coopericla, como em todos os outros empreendimentos do gênero, tão difícil quanto iniciar o projeto e colocá-lo em funcionamento é torná-lo perene. Os resultados obtidos evidenciam o que cada participante já ganhou com a iniciativa. A partir de agora, começa a árdua tarefa de manter o projeto em funcionamento e expandi-lo não só para toda a cidade mas também para toda a região. Como destaca Salamon (1998: 9),

*Apesar de sua tão propalada flexibilidade, organizações sem fins lucrativos em escala e complexidade são vulneráveis a todas as limitações que afligem outras instituições burocráticas – falta de sensibilidade, morosidade e rotinização. Organizações sem fins lucrativos podem ser menos propensas a essas deficiências do que agências governamentais, mas não estão imunes às tensões inevitáveis que surgem entre flexibilidade e efetividade, controle distribuído na base e accountability.*

De forma resumida, o legado positivo do Projeto Coopericla para cada participante do projeto pode ser assim descrito:

- **Cooperados.** Estes foram o núcleo de toda a campanha. Fazer com que tais pessoas pudessem estar novamente inseridos no campo de trabalho foi o ponto de partida do Projeto.
- **UEM.** A Universidade, respondendo diretamente a um dos três pilares (ensino, pesquisa e extensão), tem contribuído para fortalecer o Projeto, ao mesmo tempo que utiliza a iniciativa para fortalecer o aprendizado dos alunos. Estes, fundamentalmente do curso de Engenharia Química e Administração, têm desenvolvido projetos pertinentes as suas áreas de estudo.
- **A Prefeitura Municipal.** Tendo em vista que o lixo urbano hoje é um problema em qualquer cidade e o responsável direto pela sua administração é a própria Prefeitura, ela é uma das mais interessadas no sucesso do Projeto.
- **As empresas.** Cada empresa que participa do Projeto inevitavelmente tem o seu nome divulgado. Como estratégia de *marketing*, esta iniciativa tende a fortalecer a imagem da empresa perante o público, o que obviamente pode resultar em aumento nas vendas.
- **A sociedade em geral.** Ganha também toda a sociedade, porque o efeito multiplicador da experiência em termos de impacto ambiental e diminuição dos níveis de pobreza pode até não ser grande quantitativamente, mas certamente é qualitativamente. Ou seja, as famílias beneficiadas não são muitas, mas o suficiente para que um número maior de pessoas tenha emprego, escola, alimentação e perspectivas, enquanto que a fome e o desemprego podem conduzir à criminalidade.
- **As gerações futuras.** Reconstruir o meio ambiente, quando possível, leva muito mais tempo do que se possa imaginar. A possibilidade de reciclar, reduzindo o consumo das reservas naturais e da mesma forma reduzindo a quantidade de lixo não orgânico depositado nos aterros também justifica a iniciativa colocada em prática. Porque, afinal de contas, *É preciso entender que nós não herdamos as terras de nossos pais mas as tomamos emprestadas de nossos filhos.* (Provérbio Amish)

---

### Referências bibliográficas

BERNARDES, E e NANNÉ, K. O Brasil organizado funciona. **Revista Veja**, 9 de fevereiro de 1994.

DONAIRE, D. **Gestão ambiental na empresa.** São Paulo: Atlas, 1995.

FALCONER, A. P. **A promessa do Terceiro Setor:** um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. Dissertação de Mestrado. FEA/USP 1999.

FISCHER, R. M. Trabalho e terceiro setor. **Informações FIPE**. São Paulo n.224 p.20/22 Maio 1999.

----- Desafios da parceria governo e terceiro setor. **Revista de Administração da USP** v.33 n.1 p.12-19 Jan. /Mar. 98.

IRION, J. E.O. **Cooperativismo e economia social**. São Paulo: Editora STS, 1997.

KANITZ, S.C. Os Dois tipos de idealistas. **Revistas Veja**, 8 de março de 2000.

RIFKIN, J. **O Fim dos empregos**: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. Rio de Janeiro: Makron Books, 1996.

RIOS, L.O. Os Princípios do sistema de cooperativas. **O Estado de São Paulo**, 24 de maio de 1997.

SALAMON, L. M. **America's nonprofit sector**: a primer. New York: Foundation Center, 2 ed. 1999.

----- A Emergência do terceiro setor – uma revolução associativa global. **Revista de Administração da USP** v.33 n.1 p.05-11 Jan. /Mar. 98.

SOUZA, M.T.S. de. **Gestão ambiental**: a prática empresarial sustentável via reciclagem. Dissertação de Mestrado EAESP-FGV 1993.

---

<sup>i</sup> O CODEM é um conselho municipal que teve início a partir da preocupação das lideranças empresariais da cidade em revitalizar a atividade econômica da cidade. A percepção que eles tinham era que algo precisava ser feito porque em função das sucessivas crises econômicas não havia indícios de recuperação tanto da indústria, do comércio como da prestação de serviços. O CODEM é formado por uma ampla gama de instituições como Associação Comercial e Industrial, Prefeitura, Universidade Estadual de Maringá, OAB, CREA, Lojas Maçônicas, Rotarys Clubes, Lions Clubes, Associações de Bairros e inúmeras outras entidades de serviços, assistenciais, filantrópicas, quase todos os tipos de sindicatos e também os mais diversos movimentos religiosos. Dentro do Conselho existem várias comissões que são responsáveis pelas discussões e ações para segmentos específicos como construção civil, agroindústria, educação, saúde, lazer, transporte e assim por diante.